

**Reunião Ordinária - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - 17/07/2018 CEDM/PR-**

1
2
3 Aos dezessete dias do mês de julho do ano de 2018, às 10h30 min, na Sala de Gestão do 7º andar da
4 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS**, situada no Palácio das
5 Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba – PR, estiveram
6 reunidas as Conselheiras que integram o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM,
7 convocadas especialmente para essa ocasião. Considerando o horário pré estabelecido, as presentes
8 foram convidadas a proceder a sua auto apresentação. **Presenças – Conselheiras** Giana de Marco
9 Vianna da Silva (Grupo Dignidade), Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminina de Saúde), Vice-Presidente
10 desse Colegiado, Maria Marucha Vettorazzi (FETAEP), Lirani Maria Franco (APP-Sindicato), Claudia
11 Ikandayô (Rede Mulheres Negras – PR), Anacélie de Assis Azevedo (CUT), Eliane Rose Maio (Univers.
12 Est. De Maringá), Jaqueline Borges Monteiro (Casa Civil), Deborah Branco Godinho Castro (UBM – PR),
13 Márcia Rejane Vieira Marcondes (SESP), Tânia Cristina de Castro Ribeiro (Central Integrada de Apoio
14 Familiar), Marceli de Camargo (Suplente dessa mesma identidade) Priscila Pacheco dos Santos (Sec. De
15 Estado da Cultura), Jussara Fátima Ribeiro (Emater-SEAB), Raquel Kovac de M. Carvalho (SESA),
16 totalizando 15 conselheiras. Colaboradores e convidados: Dra. Danielle M. Vieira (Assessoria
17 Jurídica/SEDS), Maria Letícia Z. Dellé e Rhaiza Santos (Coord. Da Política da Mulher) e Renata Torres
18 (Departamento Penitenciário/SESP). **Apreciação da pauta com possíveis inserções.** Inclusão de
19 Pauta: Audiência Pública – ADPF 422/ legalização do aborto (solicitação Giana de Marco), Corte de
20 salários das professoras gestantes (solicitação Lirani Maria Franco). Exclusão da Pauta, item 06 -
21 Apresentação Cine – clube – Desenvolvimento das Mulheres através do empreendedorismo (Helena
22 Casanova Vieira), esse tema será levado a efeito na Reunião Ampliada, em Foz do Iguaçu. **Pauta**
23 **Aprovada. Apreciação e aprovação das atas de maio e junho/2018 – APROVADAS. Informes da**
24 **Secretaria Executiva.** Justificativas de ausências – Conselheiras Melissa Colbert Bello (SEED), Josiane
25 Ferreira Liz (Fed. De Mulheres), Marinês Bernardini (FAMOPAR) – **Ofícios Recebidos:** 27/06/2018 -
26 Ofício 16/2018/ CMADM de Irati - Solicita orientação com relação a composição do colegiado (enviado a
27 comissão); 29/06/2018 - Ofício 20/2018 - CMDM de Irati - Envia resposta ao ofício nº 011/2018 – CEDM
28 referente a denúncia recebida (enviado a comissão). **Item 4: Pauta Permanente: Plano estadual de**
29 **Políticas para as Mulheres/ acompanhamento das ações: apresentação SESA:** A enfermeira
30 Carolina Poliquesi informou ter assumido a Coordenação da Saúde do Homem, na SESA, sendo assim
31 será substituída neste Colegiado por Raquel Bampi (SESA). Já a representante da SEJU, **Cons. Silvia**
32 **Xavier** também encontrava-se impedida de partir desta Assembleia (será substituída) e indicará uma
33 técnica para trazer as ações realizadas pela sua pasta. (SEJU). No seu papel, a **Vice-Presidente**
34 **Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista de Saúde)** dispensou agradecimentos à **Enfermeira**
35 **Carolina**, pelo expressiva e meritória colaboração que trouxe a esse Conselho, quando da abordagem do
36 tema **Violência obstétrica. Plano Estadual dos Direitos da Mulher. 1ª Diretriz – Objetivo – acesso à**
37 **informação – Campanha bianual – Dia Internacional da Mulher – evento envolvendo as Comissões de**
38 **Saúde da Mulher - atenção à vítima de violência sexual – 7º Encontro da Rede Mãe Paranaense –**
39 **boas práticas e atenção ao parto – violência obstétrica – o que deve ser feito – Casa da Mulher Brasileira**
40 **– vídeo para as 22 Regionais do Estado (331 Pessoas) Evento Todos por Elas – (espaço para as**
41 **experiências dos serviços). 2ª Diretriz – Fortalecimento – Universalidade.** Testes nas gestantes – três
42 exames que precisam ser feitos – Papanicolau idade 25 a 64 anos – trabalho contínuo de
43 conscientização do autocuidado. **Outubro Rosa** (mama e colo do útero). Foi informado que o Estado do
44 Paraná é um dos únicos que adquire as lâminas e escovinhas, distribuindo para todo o Estado –
45 incrementar o diagnóstico da sífilis – entrega de material educativo, preservativos masculinos e
46 femininos, gel nas Regionais – capacitação para profissionais e coleta de exames – renovação dos
47 termos de cooperação para os grupos de farmacêuticos e bioquímicos que possuem laboratórios dos
48 exames citopatológicos – fortalecer a mulher trabalhadora que amamenta – até 2020, ter pelo menos nas
49 Regionais um tutor formado (as empresas deverão disponibilizar salas apropriadas para a devida
50 amamentação ou coleta de leite). Atualmente, já existe um grupo formado, a ideia é expandir. **“Curso**
51 **sobre o manejo do aleitamento materno”.** A COPEL e Boticário já manifestaram adesão. Apoiar técnica
52 e financeiramente os Municípios para as questões do Pré-natal. Foi relatado que no encontro foi
53 distribuídas a carteira do pré-natal do parceiro (testes de sífilis também para a saúde do Homem) –



54 mulheres que tem trombofilia e necessitam tomar o medicamento durante a gestação – Várias reuniões
55 realizadas em conjunto com Universidades. Abordados casos de toxoplasmose gestacional – Vídeo para
56 as 4 Macros, convidando os profissionais – incentivo ao parto natural – revisão da carteira gestante.
57 **Seminário do Outubro Rosa** – caminhadas, mutirões – **Junho** - “Viva Mulher” - **Maio** – Vídeos –
58 diminuição da fila entre diagnóstico e tratamento. **Mamografias**: metas atingidas métodos contraceptivos
59 (projeto piloto da Secretaria Municipal de Curitiba e Hospital de Clínicas) – mulheres em situação de rua e
60 as pós-parto portadoras de HIV – inserção do implante com duração de três anos. Dentro de Curitiba e
61 Região Metropolitana vivem 184 mulheres, gestantes com HIV são 76 – Instituir um Grupo Técnico –
62 **Reprodução Humana Assistida** – a porta de entrada é a Unidade de Saúde. **Enfrentamento à**
63 **Violência** – reestruturação da Rede – reuniões com representantes de hospitais – qualificar o processo –
64 revisão do protocolo. **Implantação dos Núcleos** – Hoje 21, até 2019 serão 22. **Núcleo da Paz** – Lei de
65 novembro/2017 – proteção à gestante e parturientes sobre violência obstétrica – abertura para mudança
66 da Lei (Pastor Edson Pracinski) – Em 8 de maio, o documento já passou na Comissão de Constituição e
67 Justiça. **“Violência Sexual” - Enfermeira Bernadete (SESA)**. Essa profissional, com 36 anos de
68 atividades na ponta, abordou a Política da cultura da Paz e prevenção da violência. **OMS** – uso
69 intencional de força física contra si ou outros, dano, morte, deficiência de desenvolvimento. Ou privação.
70 **Tipos** – auto provocada (suicídios), interpessoal familiar, com amigos ou consanguíneos – a coletiva, no
71 âmbito da sociedade (escolas, empresas). **Quatro modalidades**: - física – psicológica (difícil constatar) –
72 sexual – negligência (crianças e idosos). **Marcos legais** – Lei Maria da Penha – 07/08/2006 – tida como
73 uma das mais completas e que veio a mudar vários conceitos. **Decreto Presidencial 13/03/13** –
74 diretrizes para os profissionais de Segurança Pública – SUS de Saúde para as Vítimas de Violência
75 sexual – (local especial sem expor as vítimas – exames – quais os estabelecimentos de Saúde que irão
76 atender) – Lei 2845/1º/08 atendimento obrigatório e integral às vítimas de violência sexual. **Atendimento**
77 7 dias por semana – 24 horas por dia e em qualquer serviço de Saúde. Portaria para dar uma
78 redefinição. A técnica da SESA ainda fez outras abordagens, sobre temas importantes, relacionados a
79 ações já referidas da área da Saúde. **Intervalo para o almoço**. Retomada dos trabalhos às 14:00 hs.
80 **Fabiana Longhi – Coordenadora da Política da Pessoa Idosa e representante suplente da SEDS**
81 informou que no dia 15 de junho foi lançada um desenho animado sobre os direitos da pessoa idosa.
82 Comentou que a mulher idosa normalmente não faz denúncia porque o seu algoz geralmente é o próprio
83 filho ou neto. Lançada a cartilha visando atingir crianças e adolescentes do meio rural. Consciência
84 coletiva. O referido desenho passará em toda a rede de ensino e cerca de 140 mil estudantes do ensino
85 fundamental e médio passarão a conhecê-los. **Item 7 - Reunião Ampliada e Descentralizada do CEDM**
86 – A Secretária Executiva desse Colegiado, **Juliana Müller** compartilhou que esse evento está
87 programado para 21 e 22 de agosto, no Centro Universitário Cataratas. A par dessa, ocorrerá o **1º**
88 **Encontro dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher**, a ser realizado em Foz do Iguaçu. - Um
89 convite e um ofício circular serão encaminhados aos Escritórios Regionais – Outro ofício será remetido
90 aos Conselheiros Governamentais, objetivando ter as suas respectivas diárias. A Vice-Presidente,
91 **Conselheira Carmen R. Ribeiro (Rede Feminista de Saúde)** sugeriu que sejam organizadas oficinas
92 destinadas aos Conselhos Municipais visando apresentar as suas dificuldades. A **Conselheira Cláudia**
93 relatou que existem muitas dúvidas e inseguranças. Na esfera Nacional, o Conselho Paranaense é tido
94 como referência. Agendada reunião do Colegiado para definir os trâmites – 14/08 das 9h às 12h –
95 **Urgente**: remessa de ofício da Secretaria Executiva para os Municípios, com o encaminhamento do
96 convite. **Item 8 – GT - Femicídio** – Informações da Coordenação da Política da Mulher/SEDS -
97 **“Femicídio”** - Resolução Conjunta SEDS/SESP – GT que trata de mortes violentas de mulheres e
98 questão de gênero. **Grupo**: - Divisão de Homicídios, Delegacia da Mulher, Tribunal de Justiça, Ministério
99 Público, Saúde, Polícia Militar, Polícia Científica, Criminalística, SEDS. - “Conceito e Diretriz Nacional”
100 (providenciou-se um link disponível na internet que providenciará a transmissão das reuniões via os
101 Escritórios Regionais da SEDS). Haverá um protocolo de atuação, uma tarja a ser colocada nos
102 documentos referentes ao feminicídio, fluxos e capacitações – Trata-se de um grupo forte! Segundo a
103 Conselheira representante da SESP, **Márcia R. Vieira Marcondes**, com ela são cinco Delegadas
104 participantes, respeitando as dificuldades locais. Próxima reunião dia 31/07. **Item 9 – Relato da**
105 **Comissão: Comissão Permanente de enfrentamento à Violência (relatório)**. **Comissão de**
106 **acompanhamento aos Conselhos Municipais: 1. Denúncia do município de Irati:**O CEDM recebeu



107 por e-mail no dia 27/04/2018 denúncia referente ao um ocorrido no município de Irati, onde uma
108 reportagem veiculada em rede social, faz menção as mulheres usuárias do SUAS no município. A
109 reportagem denominada “ACORDA IRATI”, contém termos pejorativos e expõe as mulheres em situação
110 vexatória, citando que 90% das mulheres usuárias dos ginecologistas no SUS municipal, não fazem a
111 correta higiene íntima. A denunciante solicitou sigilo. Conforme a Deliberação nº001/2017 – CEDM que
112 aprovou o trâmite dos encaminhamentos das denúncias recebidas, a mesa diretora, por meio de e-mail,
113 definiu os seguintes encaminhamentos:- Envio do teor da denúncia ao Conselho Municipal dos Direitos
114 da Mulher e ao Conselho Municipal de Saúde do município de Irati, solicitando retorno com relação as
115 providências realizadas, sem menção a denunciante e aos nomes citados no e-mail (Ofício nº011/2018
116 enviado dia 23/05);- Retorno a denunciante para repasse dos encaminhamentos realizados por estas
117 instâncias locais (e-mail enviado dia 29/05). Em resposta ao ofício nº0011/2018 – CEDM, o CMDM de
118 Irati enviou o ofício nº 20/2018, informando as providências que foram tomadas, como envio de ofício à
119 Delegacia de Polícia Civil, 2ª Promotoria de Justiça e ao Conselho Municipal de Saúde (leitura do ofício
120 na íntegra). **Parecer da Comissão:** Ciente dos encaminhamentos realizados. **Parecer do CEDM:**
121 **Ciente. 2. Ofício nº 16/2018 – CMDM de Irati – Orientação sobre a composição do colegiado:** O
122 CMDM de Irati encaminhou ofício nº 16/2018 no dia 27/06, solicitando orientação a respeito da
123 possibilidade do NUMAPE (Núcleo Maria da Penha) da UNICENTRO (universidade local) e ainda, outras
124 instituições de ensino público (IFPR) ou privada (UNICESUMAR) comporem o colegiado. Conforme
125 informação dos mesmos, há previsão na Lei Municipal nº 5016/2016 (Lei de Criação do Conselho), que a
126 composição da sociedade civil, entre outras representações, deverá possuir representantes de núcleos
127 de estudos e gêneros das universidades/ faculdades. Dessa maneira, orienta-se que a devida previsão
128 para ter regularidade, também deverá constar no Regimento Interno do colegiado, onde inclusive, o
129 número de vagas para facilitar na organização, poderá ser definido de acordo com as especificidades dos
130 segmentos da representação da sociedade civil. **Parecer da Comissão:** A Secretaria Executiva/CEDM
131 deverá realizar um contato telefônico para sanar eventuais dúvidas, e posteriormente encaminhar a
132 resposta formal via ofício juntamente com um exemplar do Guia de Criação dos Conselhos, e colocar
133 CPM/SEDS a disposição. **Parecer do CEDM: Aprovado. Incluir a informação sobre a disponibilidade
134 também da SEC/CEDM. 3. Abrigamento de Mulheres em Situação de Violência no estado do PR
135 (MP/PR):** O MP/PR solicitou por e-mail informações referentes ao Abrigamento de Mulheres em Situação
136 de Violência no estado do PR, justificando que tal solicitação se deu em virtude do processo
137 administrativo instaurado no CAOPJDH sob o nº0046.14.001573-9. Conforme lista disponibilizada pela
138 Coordenação da Política da Mulher – CPM/SEDS, segue a relação das casas de abrigo para mulheres do
139 PR (lista esta também já repassada por e-mail ao MP). **CASAS DE ABRIGO PARA MULHERES do
140 Paraná - Município de Irati: Unidade de Acolhimento Casa de apoio à Mulher em Situação de
141 Violência/ Telefone: (42) 3907-3134 - Data de implantação da Unidade: 12/07/1999 – Governamental -
142 Capacidade máxima de vagas: 10 vagas - Município de Curitiba: Unidade de Acolhimento
143 Institucional Casa de Maria/ (41) 3250-7913) - Data de Implantação da Unidade: 11/11/1993 –
144 Governamental - Capacidade máxima de vagas: 20 vagas - Unidade de Acolhimento – Associação
145 Beneficente Encontro com Deus – casa 2 (41) 3267-1110) - Data de Implantação da Unidade:
146 19/05/2000 – Não Governamental (recebe recurso público municipal e estadual) - Capacidade máxima
147 de vagas: 18 vagas - Município de Cascavel: Unidade de Acolhimento Institucional Abrigo de
148 Mulheres Vanusa Covatti - (45) 3392-6351 - Data de Implantação da Unidade: 01/10/1998 -
149 Governamental - Capacidade máxima de vagas: 20 vagas - Município de Londrina: Unidade de
150 Acolhimento Casa Abrigo Canto de Dália - (43) 3341-0024 - Data de Implantação da Unidade:
151 17/06/2004 - Governamental - Capacidade máxima de vagas: 20 vagas - Município de Rio Negro:
152 Unidade de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência (47) 3642-3349 - Data de Implantação
153 da Unidade: 08/03/2008 - Governamental - Capacidade máxima de vagas: 08 vagas - Município de
154 São José dos Pinhais : Unidade de acolhimento Casa de Alice – Casa de apoio a Mulheres Vítimas
155 de Violência Doméstica - (41) 3381-5976 - Data de Implantação da Unidade: 14/11/2008 -
156 Governamental - Capacidade máxima de vagas: 12 vaga- Município de Ponta Grossa: Unidade de
157 Acolhimento Casa de Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Corina Portugal - (42) 3236-4523 -
158 Data de Implantação da Unidade: 12/12/2012 - Governamental - Capacidade máxima de vagas: 04
159 vagas - Município de Foz do Iguaçu: Unidade de Acolhimento Casa Abrigo de Mulheres - (45)3901-**



160 **3440** -Data de Implantação da Unidade: 01/01/2014 Governamental - Capacidade máxima de vagas: 20
161 vagas -Total 9 casas abrigos - Atualizada em 25 de julho Fonte: Censo SUAS 2017. **Parecer da**
162 **Comissão:** Aguardar informação técnica da CPSE e pautar novamente na reunião. **Parecer do CEDM:**
163 **Aprovado 4. Taxa de feminicídio contra as mulheres negras no estado do PR:** Solicitação de pauta
164 da conselheira Cláudia Ikandayô da Rede Mulheres Negras – PR, referente a taxa de feminicídio contra
165 as mulheres negras no estado do PR. **Parecer da Comissão:** Envio da solicitação à SESP para o
166 levantamento dos dados (2017/2018). **Parecer do CEDM: Aprovado. Inclusão:** - A **Conselheira Giana**
167 **de Marco Vianna da Silva**, representante do **Grupo Dignidade** referiu-se à audiência pública realizada
168 no Distrito Federal, relacionada à legalização do aborto. Questionou se seria consenso essa questão
169 nesse no CEDM. Considerou que o CEDM poderia prestar um apoio, caso esse fosse o entendimento do
170 plenário. Um movimento existe, para que as mulheres fazendo a interrupção da gravidez até uma
171 determinada semana, não sejam consideradas criminosas. Valorizando a questão, a **Conselheira Tânia**
172 **Cristina de C. Ribeiro** (Central Integrada de Apoio Familiar), colocou que não se pode ter a última
173 palavra, ter o devido cuidado pois, na verdade o conselho representa outras mulheres. Já a **Conselheira**
174 **Déborah Godinho Castro** (UBM/PR Suplência) apontou ser necessário fiscalizar as Políticas Públicas,
175 trata-se de um assunto espinhoso, porém fundamental. Lembrou a **Conselheira Giana (G. Dignidade)**
176 quando as pessoas não se posicionam já se trata de uma posição alheia. É uma situação que irá
177 influenciar um país inteiro. (sugestão : -carta de apoio à ADPF, parabenizando pela iniciativa). Diversas
178 situações foram surgindo tais como, entrar numa linha conciliatória, focando na questão dos dados do
179 Paraná, discutir formas de educação, não só opinar se seria crime ou não. Ou só parabeniza a iniciativa.
180 Na continuidade, a representante da Rede Mulheres Negras – PR, **Conselheira Cláudia Ikandayô**
181 identificou-se como do candomblé e afirmou que todas são mulheres, vivendo realidades diferentes lida
182 com um país machista, com homens violentos, como fazer para ter os corpos respeitados? O retrocesso
183 moral e social é grande. Será que as mulheres serão obrigadas a levar avante uma gestação, fruto de um
184 alcoólatra drogado? As pessoas são conservadoras, mas é necessário que se pense nas classes menos
185 favorecidas. Ao pensar em achar brechas e segurar um pouco essa pressão reacionária, a **Conselheira**
186 **Vice-Presidente Carmen Ribeiro (Rede Feminista de Saúde)**, formulou um texto que foi lido para o
187 plenário. Considerou-se **aprovado. Secretária Executiva Juliana Müller:** - cada entidade deverá
188 encaminhar o seu posicionamento por e-mail, até o próximo dia **24/04**. Essa nota será remetida ao STF.
189 Falando em nome da **APP-Sindicato**, a **Conselheira Lirani Maria Franco** externou estar trazendo uma
190 situação aflitiva para algumas professoras do estado, onde servidoras durante a licença maternidade
191 sofreram redução salarial, valores descontados a título de aulas extraordinárias, assim professoras que
192 estavam afastadas de suas funções sofreram redução de seus salários porque não puderam participar da
193 distribuição de aulas extraordinárias ou acréscimo de jornada para o ano letivo. Lirani propôs a realização
194 de uma reunião com a Governadora, porém, a vice-presidente **Carmen Regina Ribeiro (Rede Feminista**
195 **de Saúde)** sugeriu a realização de uma reunião entre o colegiado para análise da situação, para posterior
196 agendamento com a Governadora. Reunião Agendada para o dia 31/07 às 14h na sala de reunião da
197 Escola de Gestão/ Palácio das Araucárias. Finalizando a reunião, Carminha sugeriu a realização da uma
198 reunião com o Dr. Paulino Pastre/ diretor do IML, para que seja averiguada a situação do funcionamento
199 dos serviços de atenção a integral a pessoa vítima de violência sexual do PR. Reunião também
200 agendada para o dia 31/07 às 14h. **Anexo: MANIFESTO DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA**
201 **MULHER/ CEDM-PR: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 sobre a legalização**
202 **do aborto O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Estado do Paraná vem manifestar sua**
203 **solidariedade a todas as mulheres que sofreram ou sofrem as consequências da realização de**
204 **um aborto em condições inseguras. Bem como parabeniza o Supremo Tribunal Federal – STF**
205 **por acolher esta demanda e realizar audiência pública para debater e ouvir a sociedade.**
206 **Entende que a interrupção da gravidez é um problema de saúde pública, mais do que penal e**
207 **que se deve investir profundamente na educação sexual e reprodutiva de homens e mulheres**
208 **como forma de garantir atitudes responsáveis.** A presente ata foi gravada e redigida pela
209 SEC/CEDM, Juliana M. Este documento após aprovado será inserido no site no CEDM, e
210 publicado em Diário Oficial.